EVOLUÇÃO DO IDEB NO MUNICÍPIO DE TAIPU/RN: REFLEXÕES SOBRE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

João Paulo Teixeira Viana [1]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município de Taipu/RN, buscando compreender os avanços, desafios e limites relacionados à qualidade da educação pública municipal. A pesquisa parte da compreensão de que o IDEB se constitui como um importante indicador educacional utilizado para avaliar o desempenho das escolas brasileiras, considerando aspectos relacionados ao rendimento escolar e à aprendizagem dos estudantes. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, fundamentada em análise documental, levantamento bibliográfico e utilização de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Atlas do Desenvolvimento Humano. O trabalho analisa a evolução dos índices educacionais do município ao longo das últimas edições do IDEB, relacionando os resultados às condições socioeconômicas, estruturais e educacionais locais. O referencial teórico dialoga com discussões sobre políticas públicas educacionais, avaliação da educação básica, desigualdades educacionais e qualidade do ensino, fundamentando-se em autores como Saviani, Libâneo, Freitas e Demo. Os resultados apontam avanços graduais em determinados períodos, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, mas também evidenciam desafios persistentes relacionados à aprendizagem, à distorção idade-série, às vulnerabilidades sociais e às desigualdades educacionais presentes no contexto municipal. Conclui-se que a evolução do IDEB em Taipu/RN revela tanto esforços institucionais de melhoria da educação básica quanto limitações estruturais que dificultam a consolidação de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Transição energética; vulnerabilidade educacional; energia eólica; Mato Grande Potiguar; desenvolvimento territorial.

1 INTRODUÇÃO

[1] Doutorando em Demografia pelo Programa de Pós-graduação em Demografia da Universidae Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, jpviana25@yahoo.com

A educação básica ocupa posição central nas discussões sobre desenvolvimento social, redução das desigualdades e fortalecimento das políticas públicas no Brasil. Nas últimas décadas, o Estado brasileiro ampliou significativamente os mecanismos de avaliação da educação pública, buscando monitorar o desempenho das escolas e estabelecer metas para melhoria da qualidade do ensino. Nesse contexto, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) consolidou-se como um dos principais indicadores educacionais do país.

Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o IDEB combina dados de rendimento escolar e desempenho dos estudantes em avaliações nacionais, permitindo acompanhar a evolução da qualidade da educação básica nos municípios brasileiros. O índice tornou-se referência para formulação de políticas educacionais, planejamento pedagógico e avaliação das redes de ensino.

No entanto, embora o IDEB represente importante instrumento de monitoramento educacional, sua análise exige compreensão crítica das desigualdades territoriais, sociais e estruturais que influenciam os resultados escolares. Em municípios de pequeno porte do Nordeste brasileiro, marcados por limitações econômicas e vulnerabilidades históricas, os desafios relacionados à qualidade da educação tornam-se ainda mais complexos.

É nesse contexto que se insere o município de Taipu, localizado no estado do Rio Grande do Norte. Historicamente marcado por desigualdades sociais, fragilidades estruturais e limitações econômicas, o município apresenta desafios importantes no campo educacional, sobretudo relacionados ao desempenho escolar, infraestrutura das escolas e permanência dos estudantes no sistema de ensino.

A análise da evolução do IDEB em Taipu/RN permite compreender não apenas os avanços e dificuldades da educação municipal, mas também as relações entre políticas públicas, vulnerabilidade social e desenvolvimento educacional. Além disso, possibilita refletir sobre os limites da avaliação educacional em contextos periféricos e desiguais.

Saviani (2008) afirma que a educação deve ser compreendida como direito social fundamental e instrumento de transformação da realidade. Entretanto, para que a escola pública cumpra efetivamente seu papel social, torna-se necessário enfrentar desigualdades estruturais que ultrapassam os limites do ambiente escolar.

Da mesma forma, Libâneo (2012) argumenta que a qualidade da educação não pode ser reduzida exclusivamente a indicadores quantitativos, devendo considerar aspectos relacionados à inclusão social, condições de aprendizagem e formação humana integral.

Nesse sentido, o presente artigo busca analisar a evolução do IDEB no município de Taipu/RN, problematizando os avanços, desafios e limites relacionados à qualidade da educação básica municipal. A pesquisa parte da hipótese de que, embora tenham ocorrido melhorias graduais nos indicadores educacionais ao longo dos últimos anos, persistem desigualdades estruturais que limitam a consolidação de uma educação pública de qualidade.

A relevância da pesquisa reside na necessidade de ampliar os estudos sobre avaliação educacional em municípios do interior nordestino, contribuindo para reflexões sobre políticas públicas e estratégias de fortalecimento da educação básica.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, assumindo caráter exploratório, analítico e descritivo. A investigação fundamenta-se em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de dados secundários relacionados aos indicadores educacionais do município de Taipu/RN.

O estudo foi desenvolvido a partir de três etapas principais. Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico sobre avaliação educacional, políticas públicas de educação básica, desigualdades educacionais e qualidade do ensino. Foram utilizados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais.

Na segunda etapa, foram coletados dados educacionais e socioeconômicos em bases públicas oficiais, incluindo:

Quadro 1 – Base de dados e indicadores da pesquisa

BASE DE DADOS	INDICADORES UTILIZADOS
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	IDEB, rendimento escolar, distorção idade-série
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Dados populacionais e socioeconômicos

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil	IDHM Educação e indicadores sociais
Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte	Dados complementares da rede pública estadual

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

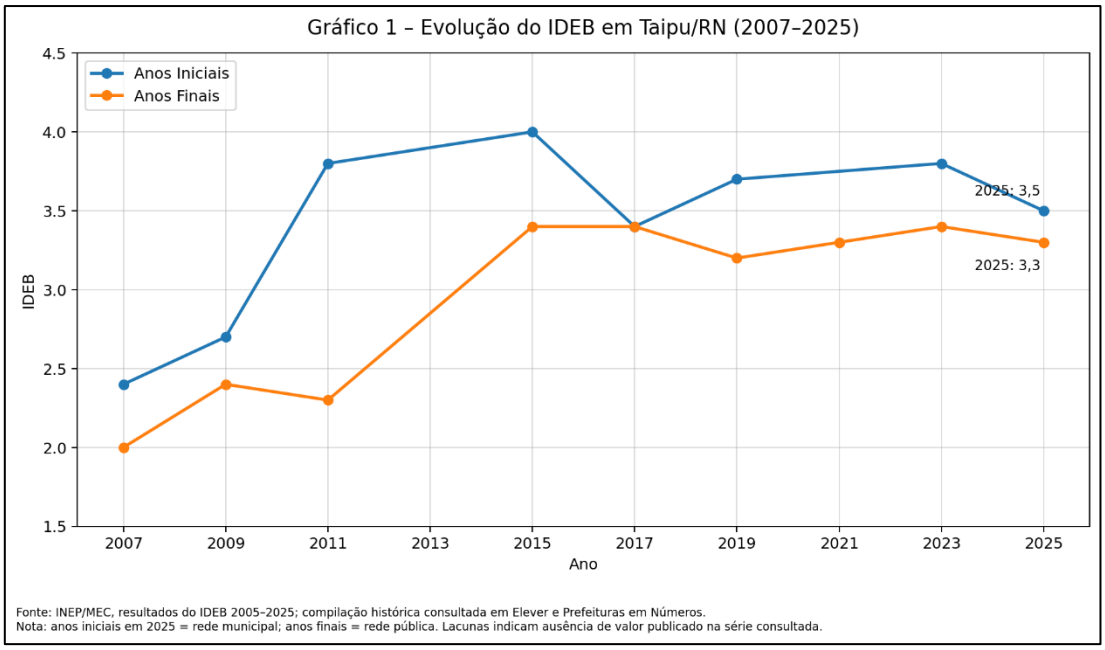
Os principais indicadores analisados incluíram: IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental; taxas de aprovação; distorção idade-série; abandono escolar; analfabetismo e IDHM Educação.

Os dados foram organizados e analisados de maneira comparativa, buscando identificar tendências de evolução educacional no município ao longo das últimas edições do IDEB. A análise interpretativa considerou fatores relacionados às condições socioeconômicas, estrutura das escolas, políticas públicas educacionais e desigualdades sociais locais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município de Taipu/RN evidencia avanços graduais nos indicadores educacionais ao longo das últimas décadas, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. A evolução observada demonstra que houve melhoria progressiva no desempenho educacional da rede municipal, refletindo transformações relacionadas à ampliação do acesso à escola, fortalecimento das políticas de alfabetização e maior acompanhamento pedagógico das unidades de ensino.

Gráfico 1 – Evolução do IDEB em Taipu/RN



Fonte: INEP (2026).

A análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Taipu/RN, atualizada com os dados de 2025, evidencia avanços ao longo da série histórica, mas também revela dificuldades persistentes na qualidade da educação básica. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o município registrou IDEB de 3,5 em 2025, abaixo do resultado de 3,8 obtido em 2023. Nos anos finais, o índice foi de 3,3 em 2025, também inferior aos 3,4 registrados em 2023. Esses resultados indicam uma redução recente do desempenho educacional nas duas etapas analisadas, o que reforça a necessidade de avaliar a evolução da aprendizagem e do fluxo escolar no município.

Historicamente, os anos iniciais apresentaram resultados superiores aos dos anos finais em diversos momentos da série. Em 2025, entretanto, ambos os indicadores permaneceram em patamares próximos, com diferença de apenas 0,2 ponto. Essa aproximação não significa necessariamente uma melhoria dos anos finais, uma vez que também decorre da redução do índice dos anos iniciais. A comparação entre as etapas evidencia a necessidade de políticas educacionais que considerem as particularidades de cada fase da escolarização, especialmente no desenvolvimento das competências de leitura, escrita e matemática e na continuidade das trajetórias escolares.

O IDEB combina informações sobre o desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática, obtidas por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica

(Saeb), com dados de aprovação escolar do Censo Escolar. Portanto, seus resultados permitem examinar conjuntamente aspectos relacionados à aprendizagem e ao fluxo escolar, mas não identificam, isoladamente, as causas das variações observadas.

Nesse contexto, a redução dos indicadores entre 2023 e 2025 constitui um sinal de atenção para a gestão educacional de Taipu/RN. O enfrentamento desse cenário demanda o acompanhamento sistemático da aprendizagem, a identificação das habilidades em que os estudantes apresentam maiores dificuldades, o fortalecimento da formação continuada dos professores e a implementação de estratégias de recuperação da aprendizagem. Também é importante examinar as taxas de aprovação, a distorção idade-série e o abandono escolar, a fim de compreender quais dimensões contribuíram para os resultados mais recentes.

A análise deve considerar, ainda, as possíveis desigualdades socioespaciais que condicionam o acesso às oportunidades educacionais. Em municípios com população distribuída entre áreas urbanas e rurais, aspectos como transporte escolar, infraestrutura das unidades de ensino, acesso à internet e disponibilidade de recursos pedagógicos podem influenciar as condições de aprendizagem. Entretanto, para afirmar que esses fatores explicam os resultados de Taipu/RN, é necessário confrontar os indicadores do IDEB com dados específicos sobre as escolas, sua localização e as condições socioeconômicas dos estudantes.

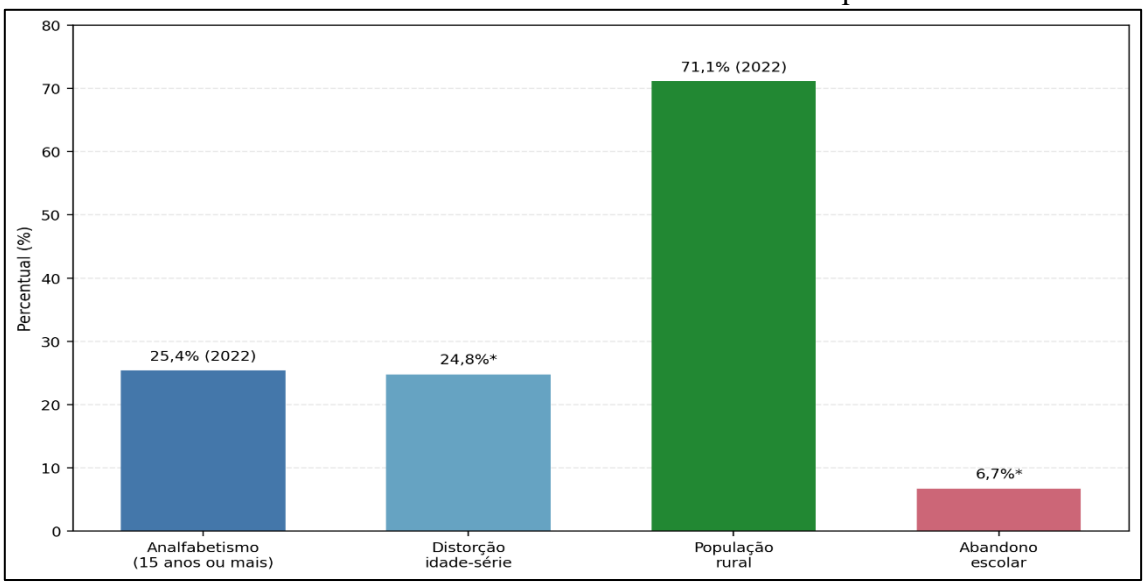
Outro aspecto relevante é a comparação dos resultados municipais com as referências estaduais e nacionais. Em 2025, o IDEB dos anos iniciais da rede municipal de Taipu foi de 3,5, enquanto a média estadual divulgada para essa etapa foi de 5,23 e a média nacional, de 6,18. Nos anos finais, o índice da rede pública do município foi de 3,3, diante de 4,30 no Rio Grande do Norte e 4,88 no Brasil. Esses valores evidenciam uma distância expressiva em relação aos resultados de referência e reforçam a necessidade de ações voltadas à melhoria da aprendizagem.

Dessa forma, os dados do IDEB de 2025 demonstram que Taipu/RN enfrenta desafios importantes para elevar a qualidade da educação básica. A redução dos índices em relação a 2023 e a distância em relação às médias estadual e nacional indicam a necessidade de políticas públicas orientadas por diagnósticos específicos, com metas de aprendizagem, acompanhamento dos resultados e atenção às desigualdades entre escolas e grupos de estudantes. A compreensão dessas dificuldades exige, portanto, uma

abordagem que articule os indicadores educacionais às condições sociais, econômicas e territoriais do município.

Apesar da relevância do IDEB para avaliar a educação básica, sua interpretação deve ser complementada por outros indicadores sociais e educacionais. A análise conjunta das condições de renda, infraestrutura, acesso aos serviços públicos e distribuição territorial da população pode contribuir para compreender como as desigualdades existentes em Taipu/RN se relacionam com as oportunidades educacionais e com os desafios enfrentados pela rede de ensino.

Tabela 2 – Indicadores socioeducacionais de Taipu/RN



Fonte: IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano e INEP (2023).

O Gráfico 2 evidencia importantes indicadores de vulnerabilidade educacional e social no município de Taipu/RN, permitindo compreender como fatores estruturais interferem diretamente na qualidade da educação básica local. Entre os dados apresentados, destaca-se a elevada proporção da população residente em áreas rurais (41,2%), aspecto que influencia significativamente o acesso às políticas educacionais e às condições adequadas de aprendizagem. Em municípios com forte presença rural, como Taipu, persistem dificuldades relacionadas ao transporte escolar, à infraestrutura das escolas, ao acesso à internet e à oferta de recursos pedagógicos, fatores que impactam diretamente o desempenho escolar e a permanência dos estudantes no sistema de ensino.

Além disso, a taxa de analfabetismo de 19,3% revela a permanência de fragilidades históricas relacionadas ao acesso à educação, demonstrando que parte significativa da população ainda enfrenta limitações educacionais estruturais.

Outro elemento relevante observado no gráfico refere-se à elevada taxa de distorção idade-série (24,8%), indicador que evidencia dificuldades relacionadas à progressão escolar, repetência e atraso educacional. Esse cenário revela que muitos estudantes apresentam trajetórias escolares marcadas por interrupções e baixo rendimento, refletindo desigualdades socioeconômicas persistentes no contexto municipal. Embora a taxa de abandono escolar (6,7%) apresente percentual relativamente inferior em comparação aos demais indicadores, ela ainda representa desafio importante para consolidação de uma educação pública de qualidade.

Além disso, o IDHM Educação de 0,548 demonstra que o município ainda apresenta nível intermediário-baixo de desenvolvimento educacional, evidenciando que os avanços observados no IDEB coexistem com vulnerabilidades sociais e estruturais que limitam a efetivação de melhorias mais amplas na qualidade da educação básica.

A evolução do IDEB em Taipu/RN reflete, em parte, os efeitos das políticas públicas educacionais implementadas nas últimas décadas. Programas de alfabetização, formação continuada de professores, acompanhamento pedagógico e ampliação do acesso à escola contribuíram para a melhoria gradual dos indicadores educacionais do município. Esses avanços demonstram a importância das ações institucionais no fortalecimento da educação básica, especialmente em municípios marcados por limitações socioeconômicas e desigualdades históricas. Entretanto, a qualidade da educação não pode ser analisada exclusivamente a partir dos resultados quantitativos do IDEB. Conforme destaca Freitas (2014), os sistemas de avaliação em larga escala frequentemente reduzem a complexidade do processo educativo a indicadores estatísticos, desconsiderando fatores sociais e territoriais que influenciam diretamente a aprendizagem.

Nesse sentido, a análise dos resultados educacionais deve considerar aspectos como as condições socioeconômicas dos estudantes, a infraestrutura escolar, a valorização docente, o acesso a recursos pedagógicos e as desigualdades existentes entre escolas urbanas e rurais.

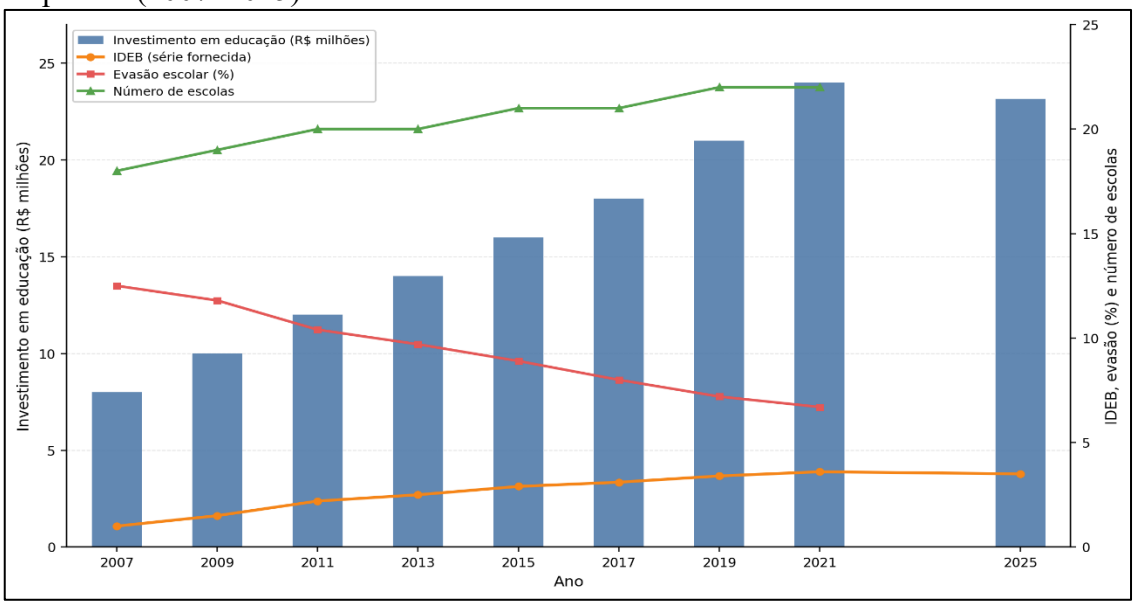
Apesar da evolução observada nos indicadores educacionais, persistem desafios importantes para a consolidação de uma educação pública de qualidade em Taipu/RN. Problemas como evasão escolar, distorção idade-série, limitações estruturais das escolas

e déficit de inclusão digital continuam impactando o desempenho escolar dos estudantes e dificultando avanços mais significativos na qualidade da educação básica.

Além disso, as desigualdades territoriais entre áreas urbanas e rurais evidenciam fragilidades importantes no acesso às condições adequadas de aprendizagem. Muitas escolas localizadas em comunidades rurais enfrentam dificuldades relacionadas à infraestrutura física, climatização das salas de aula, acesso à internet e disponibilidade de recursos pedagógicos. Essa realidade demonstra que os avanços do IDEB coexistem com vulnerabilidades estruturais e sociais que continuam limitando o desenvolvimento educacional do município.

A educação constitui elemento fundamental para o desenvolvimento social e para a redução das desigualdades. A análise da evolução do IDEB em Taipu/RN demonstra que a melhoria da qualidade educacional depende não apenas de políticas pedagógicas, mas também de transformações sociais mais amplas relacionadas às condições de vida da população. Paulo Freire (1996) compreende a educação como instrumento de transformação social e construção da cidadania. Nesse sentido, fortalecer a educação pública exige ampliação dos investimentos, valorização dos profissionais da educação, melhoria da infraestrutura escolar e fortalecimento das políticas de inclusão tecnológica. Dessa forma, a consolidação de uma educação pública de qualidade depende da construção de políticas públicas integradas, capazes de enfrentar as desigualdades sociais e territoriais presentes no contexto municipal.

Gráfico 3 – Investimento em educação e evolução dos indicadores educacionais em Taipu/RN (2007–2025).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com base nos dados históricos apresentados no gráfico original e nos dados de despesas municipais com educação do SICONFI/Finanças do Brasil, compilados pelo portal Prefeituras em Números.

O Gráfico 3 evidencia uma trajetória de crescimento dos investimentos em educação em Taipu/RN entre 2007 e 2021, período no qual os valores representados passam de R$ 8 milhões para R$ 24 milhões. No mesmo intervalo, o IDEB apresenta elevação, enquanto a evasão escolar diminui e o número de escolas aumenta de forma moderada. A evolução simultânea dessas variáveis sugere uma associação entre a expansão do financiamento educacional e a melhoria de determinados indicadores da rede municipal, embora a intensidade dessa relação deva ser examinada considerando as particularidades de cada variável.

A comparação entre o investimento e o IDEB permite observar que a ampliação dos recursos foi acompanhada por avanços no indicador de desempenho escolar ao longo da série apresentada. Essa correspondência, contudo, não significa que o aumento das despesas tenha produzido, isoladamente, a elevação do IDEB. Conforme discutem Davis e Souza (2021), a relação entre despesas públicas em educação e resultados escolares não é necessariamente direta, uma vez que o desempenho também depende das condições de oferta do ensino e das características da população atendida. Nesse sentido, a evolução observada em Taipu deve ser compreendida a partir da articulação entre financiamento, organização da rede escolar e condições de aprendizagem.

A redução da evasão escolar representada no gráfico constitui outro elemento relevante dessa dinâmica. A queda do indicador de aproximadamente 12,5% em 2007 para 6,7% em 2021 coincide com o crescimento dos investimentos educacionais, sugerindo uma possível relação entre a ampliação dos recursos e as condições de permanência dos estudantes. Essa associação é pertinente porque a continuidade da trajetória escolar depende tanto das condições socioeconômicas dos alunos quanto da capacidade da rede pública de assegurar acesso, acompanhamento pedagógico e condições adequadas de ensino. Entretanto, para compreender a relação entre essas dimensões, é necessário considerar a composição das despesas municipais e a evolução de políticas específicas de permanência escolar.

Em contrapartida, o número de escolas apresenta crescimento relativamente restrito, passando de 18 unidades em 2007 para 22 em 2021, segundo os valores apresentados. A comparação entre essa evolução e o aumento dos investimentos sugere que a expansão do gasto não esteve acompanhada de ampliação proporcional da quantidade de estabelecimentos de ensino. Essa diferença desloca a análise para a aplicação dos recursos e para as condições de funcionamento das unidades escolares. O aumento das despesas pode estar relacionado à remuneração dos profissionais, à manutenção das escolas, ao transporte escolar, à alimentação ou a outras ações educacionais, de modo que a quantidade de unidades, isoladamente, não permite avaliar a distribuição nem a efetividade do gasto público.

Essa interpretação encontra respaldo na discussão de Soares e Alves (2013), que destacam a necessidade de considerar as características das escolas, dos municípios e dos estudantes na análise dos resultados educacionais. Sob essa perspectiva, o crescimento do financiamento deve ser examinado em conjunto com os indicadores de desempenho e permanência, sem pressupor que a ampliação dos recursos se traduza automaticamente em melhores resultados. Para Taipu/RN, a questão central consiste em compreender se os recursos adicionais foram direcionados a ações capazes de enfrentar os fatores associados às dificuldades de aprendizagem e à interrupção das trajetórias escolares.

A atualização do gráfico até 2025 acrescenta uma dimensão importante a essa discussão. O valor de aproximadamente R$ 23,17 milhões em despesas empenhadas na função Educação permanece próximo ao patamar registrado em 2021, embora seja inferior aos R$ 24 milhões representados naquele ano. No mesmo período recente, o IDEB informado para 2025 foi de 3,5 nos anos iniciais e 3,3 nos anos finais, com

resultados inferiores aos de 2023. A comparação aponta que a manutenção de um volume elevado de despesas não corresponde necessariamente à continuidade da evolução do desempenho escolar. Essa constatação reforça a importância de examinar não apenas o montante investido, mas também sua destinação, a execução orçamentária e o intervalo entre a aplicação dos recursos e os resultados educacionais.

Cabe ressaltar que os valores de investimento apresentados para os diferentes anos precisam ser harmonizados em termos monetários, e as séries de IDEB, evasão e número de escolas devem ser verificadas nas respectivas bases oficiais para assegurar a comparabilidade temporal. Com essa ressalva, o gráfico oferece elementos para discutir a relação entre financiamento público e resultados educacionais em Taipu/RN, indicando que a análise da política educacional municipal requer atenção simultânea à evolução das despesas, ao desempenho dos estudantes, à permanência escolar e à organização da rede de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Taipu/RN, articulada aos indicadores de vulnerabilidade educacional e aos dados de financiamento público, evidencia que a qualidade da educação municipal deve ser examinada a partir da relação entre desempenho escolar, condições de permanência, desigualdades socioeducacionais e aplicação dos recursos públicos. Os resultados analisados não revelam uma trajetória uniformemente ascendente. Embora o IDEB tenha registrado crescimento em parte da série histórica, os valores apresentados para 2025 — 3,5 nos anos iniciais e 3,3 nos anos finais do ensino fundamental — são inferiores aos registrados em 2023, de 3,8 e 3,4, respectivamente. Essa redução indica a necessidade de investigar os componentes do índice e compreender em que medida as alterações no desempenho e nas taxas de aprovação contribuíram para os resultados mais recentes.

Os indicadores de vulnerabilidade educacional ampliam essa discussão ao incorporar dimensões que não são plenamente representadas pelo IDEB. A distorção idade-série evidencia dificuldades na progressão escolar, enquanto o abandono escolar permite examinar a continuidade das trajetórias educacionais. O analfabetismo, por sua vez, expressa desigualdades historicamente acumuladas no acesso à escolarização. A análise conjunta dessas variáveis permite compreender que a avaliação da qualidade

educacional requer uma abordagem que ultrapasse os resultados médios das avaliações externas, considerando também as condições de acesso, permanência e conclusão da educação básica. Para tanto, é necessário assegurar a compatibilidade entre os anos de referência e as populações consideradas em cada indicador.

No que se refere ao financiamento educacional, os dados apresentados no Gráfico 3 mostram que os valores destinados à educação passaram de aproximadamente R$ 8 milhões, em 2007, para R$ 24 milhões, em 2021. No mesmo período, observa-se elevação do IDEB e redução da evasão escolar, segundo a série histórica utilizada. Essa evolução simultânea constitui um elemento relevante para investigar a relação entre investimento público e resultados educacionais em Taipu/RN. Entretanto, a identificação de uma associação temporal não permite afirmar, isoladamente, que o aumento das despesas tenha provocado a melhoria dos indicadores, uma vez que os resultados escolares também dependem das condições socioeconômicas dos estudantes, da organização das redes de ensino e das características da oferta educacional.

Essa questão encontra respaldo na literatura sobre financiamento e desempenho escolar. Davis e Souza (2021), ao analisarem as despesas públicas municipais e os resultados do IDEB nas diferentes regiões brasileiras, demonstram que a relação entre gasto educacional e desempenho não pode ser compreendida de maneira automática. Panassol (2021), por sua vez, investiga a relação entre gastos educacionais e desempenho escolar nos municípios brasileiros, considerando a necessidade de analisar outros fatores associados aos resultados. Essas contribuições reforçam a importância de examinar não apenas o montante aplicado, mas também a distribuição dos recursos, as finalidades das despesas e sua correspondência com as necessidades das escolas e dos estudantes.

Em Taipu/RN, o valor de aproximadamente R$ 23,17 milhões em despesas empenhadas na função Educação, apresentado para 2025, acrescenta uma referência recente à análise do financiamento municipal. Contudo, a comparação desse montante com os valores de anos anteriores exige a padronização da classificação contábil e a correção monetária dos valores pela inflação. Também é necessário distinguir despesas empenhadas, liquidadas e pagas, pois essas categorias representam etapas diferentes da execução orçamentária. A construção de uma série histórica consistente permitirá avaliar com maior precisão a evolução real dos recursos destinados à educação e investigar sua associação com os indicadores de desempenho e permanência escolar.

A relação entre financiamento e resultados também deve ser examinada considerando as características da rede de ensino. Soares e Alves (2013) demonstram a importância de considerar as condições socioeconômicas dos estudantes e as características das escolas e dos municípios na análise da qualidade da educação. Essa perspectiva contribui para compreender que os resultados educacionais são produzidos em contextos específicos, nos quais as condições de infraestrutura, a organização pedagógica, a valorização dos profissionais e as oportunidades de aprendizagem podem apresentar diferenças significativas. No caso de Taipu/RN, a análise dessas dimensões deve considerar também a distribuição territorial da população e as condições de atendimento educacional nas áreas urbanas e rurais.

Como limitação, destaca-se a necessidade de validar e compatibilizar as séries históricas utilizadas nos gráficos, especialmente aquelas referentes ao investimento educacional, à evasão escolar e ao número de estabelecimentos de ensino. A confirmação dos dados em fontes oficiais é fundamental para assegurar a consistência das comparações e sustentar as interpretações apresentadas. Além disso, pesquisas futuras poderão aprofundar a investigação por meio de análises estatísticas que examinem a associação entre despesas educacionais, IDEB, aprovação, abandono e distorção idade-série. Esse procedimento permitirá avançar da descrição das tendências para a investigação empírica das relações entre as variáveis, sem confundir correlação estatística com causalidade.

Conclui-se que a realidade educacional de Taipu/RN deve ser compreendida a partir da articulação entre desempenho escolar, vulnerabilidade socioeducacional e financiamento público. A redução recente do IDEB, associada à persistência de desafios relacionados às trajetórias escolares, reforça a necessidade de investigar como os recursos públicos são aplicados e em que medida se relacionam com a melhoria das condições de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o estudo contribui para a discussão sobre a qualidade da educação municipal ao evidenciar a importância de integrar indicadores educacionais, informações socioeconômicas e dados orçamentários na avaliação das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022: população e domicílios — primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/taipu.html. Acesso em: 20 out. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): resultados 2005–2025. Brasília, DF: INEP, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados/2005-2025. Acesso em: 20 out. 2026.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI): consultas de contas anuais e despesas orçamentárias municipais. Brasília, DF: STN. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/. Acesso em: 20 out. 2026.

DAVIS, Paula Guelman; SOUZA, Antônio Artur de. Eficiência das despesas públicas municipais no ensino fundamental: uma comparação entre os resultados do IDEB nas regiões do Brasil. Perspectivas em Políticas Públicas, v. 14, n. 27, 2021. Disponível em: https://revista.uemg.br/revistappp/article/view/4293. Acesso em: 20 out. 2026.

DEMO, Pedro. Educação e qualidade. Campinas: Papirus, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: indicadores municipais. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/. Acesso em: 20 out. 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

PANASSOL, Paulo Eduardo. Gastos educacionais e desempenho escolar: evidências a partir do Ideb-2017 nos municípios brasileiros. Informe Econômico, v. 41, n. 2, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/730. Acesso em: 20 out. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Efeitos de escolas e municípios na qualidade do ensino fundamental. Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 149, p. 492–517, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200007. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2662. Acesso em: 20 out. 2026.